

CAIXA 100% PÚBLICA!

Notícia veiculada na segunda-feira 9 pelo portal Valor Econômico revela que o governo federal desistiu de abrir o capital da Caixa Econômica Federal.

"Vitória dos trabalhadores. Este é um sentimento que podemos ter, se esta notícia for realmente confirmada", comemorou o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**.

Nas últimas semanas, centenas de bancários protestaram em todo o país em defesa da Caixa 100% pública. Para Araújo, as mobilizações foram muito importantes. *"Mostramos para os bancários que a medida seria extremamente prejudicial para a sociedade e para os trabalhadores. A notícia do Valor Econômico mostra que a nossa campanha foi vitoriosa"*, finaliza.

A possibilidade de abertura do capital da Caixa mobilizou o movimento sindical na luta em defesa da manutenção da instituição financeira 100% pública. Desde que o governo federal cogitou a ideia, no final do ano passado, várias atividades foram realizadas pelo Sindicato, em conjunto com outras entidades e com o apoio dos empregados, para protestar contra essa medida e reforçar que a Caixa é um patrimônio do povo brasileiro e que qualquer mudança nesse sentido só atenderia a interesses da iniciativa privada.

No dia do aniversário de 154 anos da Caixa, em 12 de janeiro, o Sindicato realizou um ato, no Matriz I, para parabenizar os empregados que ajudaram a construir a empresa. Na ocasião, os dirigentes sindicais destacaram a importância da instituição para

No aniversário da Caixa, Sindicato faz protesto por "Caixa 154% pública"



Dirigentes sindicais marcam presença na posse de Miriam Belchior



Dia Nacional de Luta reforça o movimento por Caixa 100% pública



a execução das políticas sociais do país, e conclamaram os trabalhadores a lutarem pela manutenção do banco com capital 100% público.

O Sindicato também lançou a campanha pelo fortalecimento da Caixa, e convidou os empregados a postarem nas redes sociais fotos com os colegas de trabalho com a hash-

tag **#caixa154pública**, numa referência ao aniversário da instituição.

Posse

Durante a posse da nova presidenta do banco, Miriam Belchior, no dia 23 de fevereiro, do alto de um carro de som estacionado em frente ao

Matriz I, os dirigentes sindicais reforçaram que não admitem, em hipótese alguma, a intenção do governo. E cobraram da presidenta uma posição contrária a essa proposta neoliberal.

Câmara Federal

No dia 25 de fevereiro, em novo ato, desta vez na Câmara dos Deputados, ao qual o Sindicato esteve presente, a deputada federal **Erika Kokay** (PT-DF) frisou que não há justificativas para que se abra o capital do banco. *"Isso significa arrancar a Caixa do povo brasileiro e fazer com que deixe de cumprir a função social para a qual foi criada, além de interferir no seu crescimento vertiginoso no mercado financeiro"*, ponderou ela, que está articulando a criação de uma Frente Parlamentar em defesa do banco. Como resultado do ato na Câmara, a Contraf-CUT, Fenaec, CUT, CTB, Intersindical e CSP-Conlutas criaram um comitê em defesa da manutenção da Caixa 100% pública.

Dia Nacional de Luta

Já o Dia Nacional de Luta em Defesa da Caixa 100% Pública, em 27 de fevereiro, foi marcado por uma série de manifestações em todo o país. Em Brasília, o protesto ocorreu em frente ao Matriz I, onde os sindicalistas expuseram a insatisfação com a possibilidade de abertura de capital e defenderam a importância da continuidade da Caixa totalmente pública para os brasileiros.

Pressionada, Caixa retira metas como critérios para promoção por mérito

Os empregados da Caixa obtiveram um importante avanço na discussão dos critérios para promoção por mérito, ano-base 2015. Por pressão dos representantes sindicais, a empresa recuou e concordou em retirar da proposta a inclusão dos resultados do AV Caixa (programa baseado no cumprimento de metas) como critério de pontuação para as promoções. Além disso, os representantes da instituição se dispuseram a avaliar a permanência do método de avaliação cruzada.

A decisão foi tomada na terceira reunião, este ano, da comissão paritária do Plano de Cargos e Salários (PCS), composta por representantes da Caixa e de empregados e criada para debater e formular propostas de regras para promoções, ocorrida no dia 24 de fevereiro, em Brasília (DF).



Na primeira reunião da comissão, em 28 de janeiro, o banco criou um impasse ao apresentar proposta fechada que incluía o atrelamento a metas e excluía a avaliação cruzada e

a pontuação extra, substituindo a avaliação por múltiplas fontes.

Com nova reunião marcada para o próximo dia 17, a posição dos representantes dos trabalhadores continua firme e in-

transigente contra a retirada de direitos. "A Caixa insiste na postura intransigente de retirada de benefícios, mesmo assim as discussões apontam para um avanço. Deixamos claro que não aceitaremos retrocesso no que já foi conquistado nos anos anteriores", afirmou **Wandeir Severo** (primeiro à esq. na foto), diretor do Sindicato e membro da comissão.

No ano passado, a Caixa não realizou a avaliação por mérito. Na Campanha 2014, a categoria conquistou o pagamento de um delta por merecimento para todos os trabalhadores com no mínimo 180 dias de efetivo exercício e sem ocorrências restritivas, além do compromisso da Caixa de debater com os empregados os critérios de promoção por mérito em 2015, com as consequentes promoções em 2016.

Fórum sobre condições de trabalho vai mediar conflitos na Caixa

Um espaço de diálogo entre Sindicato, Caixa e empregados para construir ações preventivas e de tratamento de situações que envolvam condições de trabalho. Esta é a função do Fórum Condições de Trabalho, uma conquista da Campanha Nacional 2014, que vai atuar para tentar solucionar conflitos no local de trabalho e relativos a jornada, acompanhamento de resultados, estrutura física e de pessoas das unidades da Caixa.

"O Fórum é um importante canal para que os trabalhadores discutam com a empresa problemas do dia a dia. É uma reivindicação antiga da categoria que agora precisa ser colocada em prática",

esclarece **Antonio Abdan**, secretário de Formação Sindical. E acrescenta: "Por isso, é importante que os empregados municiem o Sindicato de informações envolvendo condições de trabalho".

Atuação

Serão constituídos dois tipos de fórum: um regional, no âmbito de cada Gipes, que se reunirá mensalmente, e outro, nacional, que se reunirá quadrimestralmente. A coordenação do fórum caberá às Gipes - por enquanto o piloto compreende Brasília, Fortaleza, Campinas, Curitiba e São Paulo -

e contará também com representantes da Gilog, SR (conforme as áreas), Giseg, Giret, advogado da Caixa e representante do Sesmt. O Sindicato encaminhará a pauta para que o gestor da Gipes que, conforme a pertinência, convocará os representantes das respectivas áreas.

O fórum oportuniza o entendimento entre as partes, avaliando se existe proposta de solução, ou decide sobre o encaminhamento das ocorrências para a Geing, quando há pertinência de serem levadas à Mesa de Negociação Permanente, ou

à Comissão de Ética, quando envolvam aspectos éticos ou disciplinares.

O prazo de construção da solução é de até 30 dias, prorrogáveis mediante negociação entre as partes, no caso de solicitação de diligências. A cada 15 dias será disponibilizado um relatório da situação da ocorrência.

O Fórum Condições de Trabalho é um canal para receber denúncias dos empregados relacionadas às condições de trabalho. O Sindicato disponibiliza os seguintes canais para recebimento das demandas: (61) 3262-9090 e o email centraldeatendimento@bancariosdf.com.br. O sigilo é garantido.



Pressão por mais contratações arranca nova posse na Caixa

A luta encabeçada pelo Sindicato por mais contratações na Caixa segue firme e nesta quarta-feira (4) a entidade participou do Programa de Integração e Ambientação à Caixa Econômica Federal com 11 novos empregados.

O secretário de Formação, Antonio Abdan, deu as boas-vindas aos novos trabalhadores e destacou a atuação do Sindicato, em conjunto com os empregados, na luta por mais contratações, melhores condições de trabalho e atendimento, e pela manutenção e ampliação de direitos.

"Somos uma categoria unificada e organizada nacionalmente. Os bancários de todo o país têm os mesmos direitos garantidos a partir da nossa luta e mobilização. É importante que vocês que chegaram agora também se juntem a nós para continuarmos fortes",



comenta **Abdan**.

A luta pela manutenção da Caixa 100% pública também foi pauta da conversa com os novos bancários.

"A Caixa pública não é importante só para os empregados, mas também para a sociedade. A empresa tem como marca uma política em prol da igualdade social no país, além de ser instrumento do governo para a execução de programas sociais, fomentar a economia e tantas outras ações voltadas para a população", afirma o diretor da Federação Centro Norte (Fetec-CUT/CN) **Enilson da Silva**.



Daniela Martins, 33 anos, está entre os 11 recém-empregados na Caixa. Ela veio de Barreiras (BA) para trabalhar em Brasília. Daniela é bancária há 12 anos (anteriormente em bancos privados) e pretende seguir carreira na Caixa.

"Já faço parte da categoria e estou feliz em entrar na Caixa. Meu objetivo é seguir carreira na empresa", comenta **Daniela**. "Acredito também na importância do Sindicato para nossa categoria, que é nosso defensor durante as negociações e discussões com os bancos", completa.

Reunião com aprovados

Ainda na quarta, o Sindicato se reuniu com os aprovados do concurso da Caixa de 2014, na sede da entidade. Diante da necessidade de mais pessoal para melhorar as condições de trabalho e atendimento, o Sindicato cobra da empresa mais agilidade nas contratações.

"Nessa última turma foram apenas 11 empossados. Sabemos que a Caixa tem condições de contratar mais e com mais agilidade. São muitas agências com necessidade de mais bancários para atender a população e amenizar a sobrecarga de trabalho", frisa o diretor do Sindicato **José Herculano**.



Os diretores do Sindicato **Wandeir Severo**, **Antonio Abdan** e **Fabiana Uehara**, e o diretor da Fetec-CUT/CN **Enilson da Silva** também participaram do encontro com os aprovados.

Prazo para adesão ao PAA termina em 30 de abril

A Caixa abriu, no dia 27 de fevereiro, o Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA), direcionado aos empregados aposentados pelo INSS que desejam se desligar voluntariamente da empresa. O período de adesão vai até 30 de abril, ficando o prazo para rescisão do contrato da empresa entre 9 de março e 29 de maio de 2015. A participação é voluntária.

O plano contemplará empregados do banco que já estão aposentados pelo INSS

e continuam trabalhando, e ainda os que estarão aptos a se aposentar. Uma das exigências é ter idade mínima de 48 anos até o fim do período de desligamento.

Entre os benefícios oferecidos pelo PAA está o apoio financeiro, a ser pago em parcela única, equivalente a cinco remunerações base, sem incidência de imposto de renda, tendo como referência a data de 20 de de-

zembro de 2014.

"Para os empregados que já estão aposentados no INSS e estão na expectativa de se desligar da Caixa nos próximos dois anos, o PAA é vantajoso, pois o incentivo de cinco remunerações base será maior que 1/3 de férias, PLR, FAB e depósitos do FGTS a serem recebidos neste período", avalia o diretor do Sindicato **Renato Shalders**. O dirigente sindical acres-



centa que no caso do tiquete alimentação e refeição será necessário buscar um acordo com a empresa ou entrar na justiça pleiteando a continuidade do recebimento desses benefícios.

Com o início do PAA, a expectativa das entidades representativas dos trabalhadores é de que a Caixa acelere o ritmo de contratação para substituir os empregados que vão sair, a fim de evitar o agravamento dos problemas já existentes nas unidades.

RH 037

Sindicato cobra revogação de norma que permite contratação de "bancário temporário"

As entidades sindicais continuam cobrando da Caixa a revogação do RH 037, que trata da contratação de "bancários temporários". O banco alega que, desde 2010, não é feito esse tipo de contratação, atendendo ao que foi negociado com o movimento sindical e ao termo de ajustamento de conduta assinado no Ministério Público do Trabalho.

Mas durante negociação da mesa permanente, em abril do ano passado, os representantes da Caixa não souberam explicar por que a norma não foi revogada ainda.

"O banco alega que a existência do normativo e sua reedição são para atender dispositivos legais e que a Caixa não pretende contratar bancário temporário. Entretanto, a simples existência do re-

ferido normativo cria nos empregados, na sociedade e nos concursados de 2014 uma insegurança quanto à real intenção da Caixa com a norma", pondera **Antonio Abdan**, secretário de Formação do Sindicato.

Abdan, que também é empregado da Caixa, acrescenta: "Por isso, para nós do movimento sindical, o melhor a se fazer é que o banco revogue o RH 037".

PL da precarização vai a votação no plenário da Câmara em abril

Em reunião com as centrais sindicais no dia 25 de fevereiro, em Brasília, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, anunciou que o PL 4330/2004, projeto de lei que escancara a terceirização no Brasil, será pautado no plenário logo no início de abril, em seguida à Semana Santa, e que reservaria o mês de março para debater o tema.

A proposta, que ainda aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), segundo o deputado, será levada diretamente ao plenário. "Mesmo que a CCJ não resolva, a gente leva para o plenário", ressaltou Cunha.

A proposta teve sua tramitação marcada pela polêmica e, por diversas vezes, sua votação na CCJ



foi inviabilizada pela oposição dos trabalhadores, que fizeram manifestações no Congresso com este objetivo.

O Fórum de Combate à Precarização, da Contraf-CUT, vai intensificar a mobilização de todos os se-

tores da sociedade para mais uma vez barrar essa tentativa de precarizar as relações de trabalho no Brasil.

"A votação da PL 4330 representa ameaça ao emprego decente", avalia o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**. Ele acredita que a mobilização e a unidade do movimento sindical vão, mais uma vez, impedir a votação do PL 4330.

Entre os pontos questionados estão a permissão para que toda e qualquer atividade seja terceirizada e a liberação da responsabilidade solidária da empresa contratante caso a empresa de terceirização não cumpra as obrigações trabalhistas.